

Mercado de trabalho na era da informática

Marcelo Oliveira Rocha

O século XX foi palco de inúmeras mudanças econômicas, sociais e tecnológicas no mundo inteiro. Diversos paradigmas atuaram e ainda continuam em pleno processo de transformação.

Neste sentido se defende a releitura do direito do trabalho. Questões fundamentais devem ser revistas como níveis de ocupação, qualificação da força de trabalho, conhecimentos adquiridos, locais e formas de construção das experiências sociais e da identidade das pessoas, dos grupos e das classes e a vitimização nas relações de trabalho.

Evidencia-se que a chamada “crise do desemprego” reflete a própria “crise da economia global”. Mas não se trata de uma “crise” no sentido negativo, mas instigadora de reformas, de reestruturação, de repensar as relações do trabalho, de visualizar o direito do trabalho sob o foco da informatização.

A informatização, hoje, é questão fundamental que perpassa todas as áreas do conhecimento e aos seus representantes. Com a introdução das novas tecnologias e a valorização da informação como bem econômico, o mercado profissional na área de informática está cada vez mais aberto às diversas áreas profissionais.

Esses fatos apresentam novos desafios, também no campo de atividades profissionais. O crescimento do mercado informacional é um fenômeno global. A demanda crescente e variada por informações está ocorrendo na sociedade como um todo. O setor de informação parece não ser mais um reduto acadêmico.

Nos tempos de hoje, o mercado de trabalho é composto, na sua grande maioria, por profissionais de nível médio e com características qualificadoras diferentes das descritas pelos teóricos das emergentes sociedades informatizadas. Certamente a Internet vem crescendo, mas sua representatividade dentro do mercado focalizado ainda é pequena.

Atingindo os patamares já conhecidos, espera-se que sua atuação venha contribuir para o bem estar social. Entretanto, a administração da tecnologia não está voltada para a distribuição de renda. Muito pelo contrário, a exclusão digital em massa está desencadeando um processo de desigualdade ainda maior. Não se nega que os empregos extintos pela era da automação estão sendo substituídos por uma gama de outras

oportunidades de trabalho. Basta ter um computador em casa que se está na Internet e, usando de criatividade e vontade, logo se encontra uma atividade lucrativa para se desenvolver.

O processo é simples. Os trabalhos manuais das gráficas foram substituídos pelos grafismos computadorizados. Muitas profissões do século passado já não mais existem, mas outras foram colocadas em seu lugar. As oportunidades de trabalho estão literalmente entrando na casa dos brasileiros. E então, porque se fala em exclusão digital? A resposta é simples: menos de 10% da população trabalhadora possui computador e conhecimentos ou oportunidades para formação profissional para melhor tirar proveito de sua “máquina”.

Outra percentagem ainda maior tem conhecimento e não tem computador, utilizando computadores públicos em universidades ou pagos em lan house. Nos tempos modernos, não há como conceber empresas e instituições sem a informatização. Entretanto, devem fazer um planejamento, mobilizando o pessoal habilitado, no sentido de capacitá-lo e incentivá-lo à qualificação necessária para o exercício da nova função. Ao final, o processo continua simples, basta remanejamento da mão-de-obra. O cerne da questão está na essência do capitalismo que continua defendendo a inter-relação lucro versus lucro. Enquanto se pensar na lucratividade a qualquer preço, em detrimento do princípio maior do bem estar social, o resultado será a exclusão crescente.

Na nova era da informatização, os principais grupos sociais da sociedade do conhecimento serão os “trabalhadores do conhecimento”, executivos que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos, assim como os capitalistas sabiam como alocar capital para isso.

O desafio econômico da sociedade pós-industrial se caracteriza pela produtividade do trabalho com conhecimento e do trabalhador do conhecimento. Esses trabalhadores, regra geral, carecem da educação necessária para serem trabalhadores do conhecimento.

O primeiro passo a ser dado no sentido da evolução social como um todo, primando-se pela manutenção do bem estar social e fazendo uso das novas descobertas em prol da sociedade em geral, é reconhecer que se vive em uma nova sociedade com novos setores de produção, com a preponderância do setor terciário sobre o setor secundário, e tendo o avanço tecnológico como condição para alcançar elevados índices de produtividade. Em contrapartida, além de se reconhecer o valor e o papel da informação para manter o seu desenvolvimento, deve-se propiciar o acompanhamento evolutivo da humanidade.

A situação enfrentada pela humanidade nesta nova era é preocupante enquanto desconhecida. A falta de investigação científica a respeito e a análise da realidade sob métodos equivocados deturpam resultados, dificultando ainda mais o entendimento presente e a projeção futura dos efeitos decorrentes, sejam eles positivos ou negativos.

A concepção da sociedade de informação, tendo como fundamento as novas características na acumulação do capital, baseia-se na produção do conhecimento sustentado pela produção de informação. A socialização do fenômeno da produção da informação se faz através das estruturas da informação (bibliotecas, bases de dados,

sistemas de informação) que são responsáveis pela operacionalização da produção do conhecimento.

Estas estruturas são constituídas pelas indústrias de produção de conhecimento, indústrias de produção de estoque de informação organizada e indústrias de transformação da informação. Estas estruturas funcionam com racionalidades diferentes.

Por exemplo, as indústrias da informação se orientam por uma racionalidade técnica, buscam eficiência técnica e econômica indispensáveis para a produção do conhecimento, mas não produzem conhecimentos, apenas procuram ordenar a explosão da informação. Formando um estoque de informação, criam estratégias de distribuição que procuram contemplar e dividir entre os diferentes grupos de consumidores. Neste processo de distribuição e diferenciação apenas alguns privilegiados têm acesso a determinadas informações. Ocorre de forma que somente uma elite tenha as informações seletivas, cujo grupo é minoria.

Na verdade, na economia transnacional, o mercado de informação se expressa globalmente, com grande amplitude, extrapolando sua especificidade, atingindo, assim, todos os setores da sociedade, em suas múltiplas manifestações. Dessa forma, a força de trabalho decorrente da Internet é distribuída em diferentes ocupações, não se restringindo somente aos profissionais especificamente ligados ao elemento Internet. O setor de informação inclui uma série de tipos de trabalhos diferenciados pela forma de pagamento, pelo status e pelo poder, reflexos evidentes da ordem social dominante.

A classe trabalhadora deve estar bem mais instruída e qualificada para compor a força de trabalho nos diversos setores econômicos da sociedade moderna. Entretanto, mesmo sendo esta a tendência aceitativa nesta fase histórica de desenvolvimento tecnológico, o Brasil ainda é um país onde a estrutura ocupacional é bastante estratificada e com uma grande parcela composta por trabalhadores pouco qualificados e despreparados. É nesse sentido que se entende a existência do aumento das desigualdades e a exclusão digital da grande massa populacional.

A demanda emergente por qualificação profissional é percebida pelo fato de diversas funções estarem passando por modificações significativas. Portanto, o novo profissional da informação deverá ter competência profissional ampla, envolvendo conhecimento interdisciplinar, habilidades gerenciais, técnicas e políticas, além do profissionalismo ético.

O setor de serviços é composto por dois tipos de trabalho, tais como, trabalhos onde as pessoas oferecem serviços diretos, como caixa de banco, garçom, advogados, agentes de seguro; e trabalhos no centro administrativo das empresas, como pessoal de escritório, contadores, gerentes, trabalhos estes encontrados em todos os setores, não somente nos de serviços. A linha divisória não é marcante, mesmo percebendo que a maioria dos trabalhadores de informação são profissionais, o trabalho com informação também inclui outras categorias com os operadores de máquinas e reparadores.

Neste sentido é que existe uma dificuldade em aceitar os pressupostos de que a economia de informação é um fato consumado dentro da economia global, caracterizado

pela predominância de trabalhos altamente qualificados. Como também em aceitar a idéia de que a Internet é o quarto setor na economia da informação. O setor de informação permeia os três setores econômicos: agricultura, manufatura e serviços.

Desta forma, como todo movimento profundo e de longo alcance, a mudança no trabalho não é instantânea, e algumas dimensões mudam rapidamente enquanto outras permanecem estagnadas. Da mesma forma vem acontecendo com as relações de emprego na nova economia, em confronto com a lentidão das transformações institucionais e jurídicas, e com a rigidez de códigos e de culturas trabalhistas. Geram-se tensões generalizadas, entre segmentos tecnologicamente mais avançados que buscam transformações mais rápidas, e amplas massas de trabalhadores inseguros, além de quadros gerenciais de alta qualificação que se sentem ameaçados com mudanças como a redução do leque hierárquico.

O “novo” surge como uma ameaça, porque o desconhecido intimida. Busca-se superar esses “medos” através do entendimento do que efetivamente está acontecendo e quais são as tendências. Neste árduo caminho, se defronta com a ambígua relação de querer estar do lado do progresso e das tecnologias, ao mesmo tempo em que se quer um mínimo de garantias no processo de mudança. Entretanto, será difícil alcançar o “futuro grandioso” que a nova era da informática promete, se resultar impossível a sobrevivência do presente.

A situação é delicada e, do ponto de vista científico, chega a ser desolador, ao se constatar que a sociedade espera passivamente pelas prometidas mudanças, mergulhada num entendimento mitológico de que as transformações acontecerão de forma natural, e seu processo resultará em benesses a toda coletividade. Por outro lado, as visões dominantes sobre o problema estão centradas em simplificações radicais. O trabalho humano dignamente prestado e a busca pela inserção máxima do trabalhador no processo de produção são vistos, a partir da lógica hipertrofiada do capital, como valores secundários, ou seja, entraves à própria acumulação capitalista.

Esta lógica se consolida aos poucos no seio social, sedimentando a idéia hoje quase consensual de que a proteção jurídico-social do trabalhador nos moldes do direito do trabalho é inviável às economias capitalistas. Esta idéia forma a brecha para a propagação do discurso de flexibilização ou de desregulamentação de direitos trabalhistas historicamente consolidados.

É preciso romper essa cadeia oportunista, ressaltando e se fazendo ouvir aos “quatro cantos”, que os direitos trabalhistas não representam entrave social. Embora não representem emancipação social, significam inegável evolução social.

Enquanto não se pense para além de uma sociedade estruturada sob uma lógica perversa de acumulação por parte de poucos às custas da dignidade de muitos, os direitos trabalhistas representam, pelo menos, a esperança de um mundo onde a dignidade humana seja minimamente preservada.

Assim, se é imprescindível uma reformulação da regulação jurídica do mercado de trabalho, de forma a adaptá-la à nova realidade da Internet, não é menos imprescindível que

dita reformulação tenha como norte a preservação da dignidade do trabalhador, uma vez que este ainda é supersuficiente e ainda é o representante legítimo de um dos valores básicos e fundamentais da dinâmica social moderna: o trabalho, da mesma forma que o era quando da instituição do princípio de proteção do trabalhador.

Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2361/Mercado-de-trabalho-na-era-da-informatica>

Acesso em: 08/06/09